



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

Políticas públicas de cultura e turismo - o entrelace das ações no Festival de Ciranda na Ilha de Itamaracá/PE.¹

Tamisa Ramos Vicente²
Rafael José dos Santos³
Universidade de Caxias do Sul

Resumo

Este artigo é o resultado parcial de uma pesquisa de mestrado que tem como um dos objetivos identificar a relação entre as políticas públicas de cultura e o turismo. Realiza-se uma retrospectiva histórica da constituição das políticas públicas de cultura e de turismo no Brasil focalizando, em particular, a implantação e as ações da empresa pernambucana de turismo – Empetur. Toma-se como objeto de pesquisa o festival de ciranda da ilha de Itamaracá – PE, realizado entre o final da década de 1970 e 1986. Para resgatar a história deste evento foram realizadas entrevistas com os organizadores, um levantamento das repercussões no meio acadêmico e pesquisa documental em edições dos jornais de Pernambuco relativos ao período.

Palavras-chave: turismo – cultura - políticas públicas - festival de ciranda da ilha de Itamaracá.

Introdução:

Este artigo tem como objetivo entender como se formaram as políticas públicas de Cultura e Turismo, como estas se entrelaçaram ainda na década de 1970 e, de modo particular, como se apresentaram em ações em Pernambuco, mais precisamente através da Empetur – Empresa Pernambucana de Turismo, focando a ação desta no Festival de Ciranda na Ilha de Itamaracá.

Compreende-se por Políticas Públicas de Cultura, de acordo com DURAND (2004), “ações governamentais na área das artes e do patrimônio histórico, entende-se essas ações do governo como promotor, fomentador, regulador e fonte de estudos e de informações a respeito do cenário cultural.” Quanto às políticas de Turismo, tratam-se de ações governamentais que visem a implantação, gestão e execução das atividades turísticas no país.

¹ Trabalho apresentado ao GT – Interfaces com a Gestão de Negócios do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

² Bacharel em Turismo pela Unicap, Especialista MBA-Turismo: Planejamento, Gestão e Marketing e Mestranda em Turismo da UCS – RS. E-mail: tamisavicente@yahoo.com.br

³ Antropólogo, doutor em Ciências Sociais, docente do Mestrado em Turismo e do Mestrado em Letras e Cultura Regional da UCS – RS. E-mail: rafael@cipnet.com.br



Para esta pesquisa foram utilizados os procedimentos metodológicos de história Oral temática com os planejadores e organizadores do Festival de ciranda na Ilha de Itamaracá-PE e ainda pesquisa documental nos arquivos do jornal Diário de Pernambuco, buscando matérias que enfocaram a ciranda e o festival de Ciranda nas décadas de 1970 e 1980. O intuito foi o de confrontar as informações recebidas nas entrevistas com a finalidade de reconstruir o Festival de Ciranda da Ilha de Itamaracá-PE.

Várias lacunas ainda não se encontram preenchidas, uma vez que este artigo relata apenas uma fase da pesquisa. Nos passos seguintes procurar-se-á saber como os artistas populares da ciranda, denominados mestres cirandeiros, entendem a inserção das ações governamentais da Cultura e do Turismo e o que, segundo os mesmos, essas ações proporcionaram a tal modalidade de manifestação popular.

1964 – Políticas públicas de cultura

Antes de 1964 existiram algumas iniciativas de políticas públicas voltadas à cultura. Exemplos disso foram a ação de Mário de Andrade ao pensar e criar o Departamento de Cultura no Estado de São Paulo, bem como a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Uma iniciativa mais sistemática e completa ocorreu após 1964, possibilitando a realização de ações voltadas à cultura entendida de modo mais amplo, concebendo o patrimônio como algo além da *pedra e cal*.

A economia brasileira, no período político dominado pelos militares, tem um crescimento significativo, chegando mesmo a se falar em milagre brasileiro. É nesse período que cresce a classe média no país, aumentando o mercado de consumo de bens materiais e simbólicos, enquanto crescia a concentração da população nos centros urbanos. Essas mudanças trazem novas abordagens para o estudo dos bens simbólicos. Nesse novo cenário social, diante dessa nova situação, a cultura se insere no processo de planejamento nacional. (ORTIZ, 2006, p. 82).

Essa nova realidade política brasileira faz surgir algumas mudanças e ações na política cultural brasileira; tem início um processo de planejamento das políticas governamentais e, nelas, a cultura assume lugar de destaque: “As produções culturais no Brasil, que anterior ao golpe militar eram restritas e para poucos, torna nesse momento



pós-golpe, uma dimensão nacional.” (ORTIZ, 2006, p. 82). O crescimento populacional, o incremento industrial e a necessidade de mão de obra qualificada, exigiam uma política de planejamento cultural que atingisse maior número de pessoas.

Devido a esse novo direcionamento, foi criado, em 1966, o Conselho Federal de Cultura, por meio do Decreto-lei 74, de 21 de novembro. O enfoque principal desse período foi definido como sendo a *defesa da cultura*. A função primária do Sistema Nacional de Cultura e do Conselho Federal de Cultura seria conservar o acervo cultural já constituído e manter viva a memória nacional, assegurando a perenidade da cultura brasileira. Essa é a razão de, no início de suas funções, o CFC se concentrar em normatizar os auxílios financeiros destinados às instituições que se incumbiriam da conservação e guarda do patrimônio nacional. (ORTIZ, 2006, p. 97). E Ortiz enfatiza: “Não é por acaso que os institutos Históricos e Geográficos cultivam a memória dos grandes nomes da história nacional, e que os folcloristas se voltam para o estudo das tradições populares.” (ORTIZ, 2006, p. 96). Eles trabalhavam para manter certas tradições, certos eventos que estavam intimamente ligados ao tipo de sociedade que se desejava preservar.

Essa visão do Conselho Federal de Cultura vem dos intelectuais que o constituíam, que estavam disponíveis para pensar esse processo diante do golpe militar, os chamados tradicionalistas. Essa volta ao tradicionalismo dá ao governo militar a permissão de “estabelecer ligação entre o passado e o presente [...], colocando o movimento de 64 como continuidade, e não uma ruptura” (ORTIZ, 2006, p. 91), e a volta à valorização das tradições da chamada cultura popular, pois o Popular é a essência da tradição e da identidade brasileira. (ORTIZ, 1994, p.105).

Uma das primeiras iniciativas do Conselho Federal de Cultura (CFC) foi o incentivo à criação de conselhos estaduais de cultura, e esse estímulo era caracterizado por projetos de parceria, que só poderiam ser firmados com os órgãos de cultura locais. Esse intento promoveu o aumento significativo de órgãos de cultura locais, passando de dois conselhos estaduais para 22 estados com conselhos de cultura constituídos. Após essa primeira iniciativa, o CFC começou a contribuir para a criação de instituições culturais locais; daí surge os projetos de criação de Casas de Cultura, que teria como finalidade ser um catalisador de informações culturais locais. (CALABRE, 2006).

Sobre as Casas de Cultura, Ortiz (2006, p. 87) relata que estavam na maioria dos casos, associados às grandes empresas turísticas, que tinham como finalidade explorar as



atividades folclóricas e os produtos artesanais. Nesse momento podemos observar o início do entrelace das políticas culturais com a política de turismo.

Entretanto, mais ações desse conselho, criado em 1966, na prática, somente são vistas na década de 70, pois fica evidenciada, após o golpe Militar, que a política de esquerda do Brasil tinha relativa hegemonia na área cultural. O Regime Militar passou, nos últimos anos da década de 60, a reprimir as ações culturais que vinham do período anterior. Foram promulgadas, logo após o golpe, leis e portarias que instituíram controle de várias áreas sociais e extinguiram diversas ações culturais consideradas subversivas. (ORTIZ, 1994, p. 90). A respeito das intenções governamentais sobre a cultura Gabriel Cohn aponta: “A busca de uma política nacional de cultura realmente existe nessa fase crucial dos anos 70, e seu objetivo era bem definido: a codificação do controle sobre o processo cultural”. (1984, p. 88).

Calabre argumenta ainda que:

Segundo a percepção do CFC, a cultura era uma área estratégica para as políticas de governo, principalmente tendo em vista ser esta um dos elementos garantidores da segurança nacional. As propostas do órgão estão voltadas para uma definição de cultura nos padrões eruditos, sem descartar as contribuições mais diversas para a formação do caráter do “ser brasileiro”. (2006, p. 11).

Uma das primeiras ações aconteceu em 1970, com a criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC). Estavam subordinados a ele o Museu Histórico Nacional, o Instituto do Livro, a EMBRAFILME, o Serviço Nacional do Teatro e o IPHAN (ainda nos moldes do antigo Sphan). O Departamento de Assuntos Culturais promoveu o primeiro Programa de Ação Popular (PAC), em 1973, com o objetivo de preservar o Patrimônio Histórico e Artístico; incentivar a criatividade e a difusão das atividades artístico-culturais e capacitar recursos humanos, para: “não apenas uma abertura de crédito, financeiro e político, a algumas áreas da produção cultural até então desassistidas pelos demais órgãos oficiais, mas uma tentativa de *degelo* em relação aos meios artísticos e intelectuais”. (MICELI, 1984, p. 55).

Também em 1973 foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH), com orçamento proveniente do Fundo de Desenvolvimento de Projetos Integrados. Em Pernambuco foi criada a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), com a finalidade de incentivar a cultura e proteger os monumentos históricos e artísticos do estado.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

Finalmente, em 1975, é publicada a Política Nacional de Cultura, com a proposta de promover “a preservação do patrimônio, o incentivo à criatividade e a difusão das criações e manifestações culturais” (COHN, 1984, p. 91). Essa política tinha como princípios dez medidas básicas, direcionadas à criação de serviços nacionais de música, artes plásticas e folclore; criação de um fundo nacional de desenvolvimento da cultura; a criação de Casas de Cultura em centros de influência regional; colaboração de universidades e ao financiamento de projetos de natureza cultural. (COHN, 1984, p. 91).

Também nessa mesma época acontece a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), por iniciativa de Aluisio Magalhães. Não foi uma ação do Ministério de Educação e Cultura como vinha sendo até então, mas uma iniciativa externa, inicialmente apoiada pelo Ministério de Indústria e Comércio, não como instituição, mas como atividade de apoio. Foi firmado um convênio entre o Ministério de Indústria e Comércio e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, além dos Ministérios de Educação e Cultura, do Interior, das Relações Exteriores, da Caixa Econômica Federal, da Fundação Universidade de Brasília e da Fundação Cultural do Distrito Federal; a equipe do CNRC era formada por *designers*, físicos, antropólogos, sociólogos, entre outros. (FALCÃO, 1984, p. 31).

Também em 1975 é criada a Funarte, com a finalidade de promover, estimular e desenvolver atividades culturais em todo o Brasil. Com três linhas de atuação, duas delas destinadas a atender os artistas plásticos e os músicos eruditos, dando início à criação de um órgão público que representasse essa categoria, e a terceira linha de atuação receberia a responsabilidade de promover as atividades que vinham sendo organizadas em torno da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro desde 1958.

Em 1976 foi realizado o Primeiro Encontro de Secretários Estaduais de Cultura e em 1978 a Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) foi transformada em Secretaria de Assuntos Culturais. A nova secretaria era composta pelas subsecretarias de Desenvolvimento Cultural, de Estudos, Pesquisa e Referência Cultural e de Planejamento, incorporando funções e o acervo do DAC. (MICELI, 1984, p. 60).

Diante dessa nova dinâmica cultural também ocorre uma diferenciação nos estudos sobre cultura popular e sobre o incentivo à publicação; por exemplo, a Funarte, lança uma série de livros sobre o folclore brasileiro, tendo Renato Almeida como editor; lança a partir de 1977, a coleção *Folclore Brasileiro*, com oito livros que abordam o folclore nos estados de: Alagoas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí, Goiás, Ceará, Espírito Santo e Pernambuco.



A Secretaria de Assuntos Culturais (SAC) define sua área de influência em dois pontos: institucional e comunitária. O primeiro volta-se à promoção de eventos, o que já vinha sendo feito, como apoio a produções artísticas e incentivo a produções culturais; o segundo, volta-se às populações de baixa renda, com o intuito de garantir mercado para as produções populares. Sobre isso Ortiz conclui que “a ação comunitária revela assim um primeiro sentido: trata-se de se transformar em bens rentáveis a produção popular” (ORTIZ, 2006, p.119).

Em 1979 ocorre a transferência do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PHC), para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), também nesse ano são criadas a Fundação Pró-Memória, devido ao novo direcionamento do Iphan, para “estudar, registrar e impulsionar as atividades culturais vivas” (MAGALHÃES, 1985), e a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Pós 1964 / Políticas públicas do turismo

No período anterior ao Golpe de 1964 ocorreram algumas tentativas de criação de políticas públicas de turismo, como a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), criada em 1958, com o objetivo de coordenar, supervisionar e estudar a movimentação de turistas no país, proporcionando assim as primeiras diretrizes nacionais para o turismo: no entanto não foi bem-sucedida sendo extinta em 1961. (SOLHA, 2002, p.138).

Percebe-se ainda que políticas públicas implantadas no período pós-64 estavam ligadas à política maior de desenvolvimento econômico, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG). Daí a criação do Projeto de Lei de 1966 que instaura o Conselho Nacional de Turismo (Contur) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), alinhada ao PAEG. Já enfatizamos aqui, no mesmo ano, a criação do Conselho Federal de Cultura. O turismo é, então, visto como um agente capaz de contribuir para a diminuição dos desníveis econômicos regionais. Essas iniciativas se dão no mesmo contexto das articulações da área da cultura, com a implantação do CFC e o CNC.

A ConTur teria a função de formular e coordenar a Política Nacional de Turismo, competindo a ela, também a elaboração de diretrizes básicas a serem obedecidas pelo Plano Nacional de Turismo (PNT); baixar resoluções, atos ou instruções regulamentares; estabelecer procedimentos a serem adotados para a concessão de estímulos fiscais e financeiros.



A Embratur, também criada em novembro de 1966, como Empresa Brasileira de Turismo, estava estabelecida no Ministério da Indústria e do Comércio. Sua criação foi justificada pela contribuição que o turismo daria à economia nacional, trazendo novas fontes de divisas e empregos, e pela necessidade de haver um órgão que pudesse tratar da ampliação do parque hoteleiro e fiscalizar as agências de viagens.

Em 1967, o decreto-lei 60.224 é regulamentado, cabendo a Embratur “estudar e propor atos normativos necessários à promoção da Política Nacional de Turismo e, assim, aqueles que digam respeito ao seu funcionamento”.

Desse período, nas palavras de Rezende:

Pode-se afirmar, portanto, que o apoio do governo brasileiro ao turismo deu-se predominantemente, de duas formas: pela concessão de vantagens financeiras para a expansão dos investimentos voltados para a melhoria das condições de hospedagens e pela execução de um grande programa de melhoria dos aeroportos. (1991, p.77)

Além de financiar a hotelaria nacional foi feito um grande projeto de regulamentação dos hotéis do país, e as áreas onde deveriam se instalar prioritariamente, dentre estes locais a Capital Federal e as capitais dos estados com potencial ambiental e cultural próximas a aeroportos. (CRUZ, 2002, p. 54).

A Embratur também foi responsável por incentivar a criação de conselhos e empresas de turismo nos estados brasileiros, momento em que surgem empresas de turismo estaduais, como a Empetur (1967) e a Bahiatursa (1968), entre outras, tendo, como um dos seus objetivos, o de coletar e organizar um registro sistemático da entrada de turistas no país e nos estados.

E é nesse momento paradoxal que algumas ações, realizadas durante o período, fazem com que a cultura e o turismo tivessem políticas entrelaçadas. O enlace entre as diretrizes do CFC e a Contur pode ser observado primeiramente no período em que são criados os Conselhos Nacionais de Cultura e de Turismo. Em ambos os casos, possuíam iniciativas voltadas a ações junto à cultura popular, como iremos exemplificar mais adiante, no caso da Empetur em Pernambuco.

O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, criado em 1973, recomendava que fossem disponibilizados recursos para o turismo (MICELI,1984, p. 77), proporcionando a entrada dos órgãos do setor nas discussões sobre as reutilizações do patrimônio nacional. Neste contexto Aluisio Magalhães afirma:



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

Um dos objetivos será o de transformar os bens da união em bens rentáveis, logicamente quando for possível e não oferecendo riscos ao imóvel (...) levantaremos os imóveis que poderão ser transformados em albergues turísticos e entregues, por contrato, às companhias hoteleiras para a exploração comercial e que deverão ser conservados (Apud ORTIZ, 2006, p. 118).

Os projetos de criação de Casas da Cultura, vindo da Política Nacional de Cultura, foram na sua maioria subsidiados e administrados pelos órgãos de turismo oficiais de cada região. Sobre esse período, Ortiz relata: “A política do turismo tem um impacto importante no processo de mercantilização da cultura popular, [...] sobretudo no nordeste [...]; procuram explorar as atividades folclóricas e os produtos artesanais” .(ORTIZ,2006, p. 87).

A proposta da Secretaria de Assuntos Culturais (SAC) voltadas à população de baixa renda, no intuito de proporcionar mercados para as produções artísticas populares, faz com que o mercado turístico tenha papel fundamental nesse contexto, propiciando ações voltadas a garantir tal mercado. O turismo entra nessa conjuntura cultural como receptáculo econômico para as manifestações da cultura brasileira: “Procura-se dessa forma integrar uma política de cultura a uma política de turismo, e em parte resolver o descompasso entre os investimentos do capital e o consumo lucrativo de bens culturais.” (ORTIZ, 2006, p.118). E essas ações podem ser vistas de forma clara na Empresa de Turismo de Pernambuco e suas ações.

Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur)

Em Pernambuco, acompanhando as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, é criada a Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur), no dia 3 de novembro de 1967, ligada à Secretária de Indústria e Comércio e com a finalidade de executar uma política estadual de turismo, regida pela Política Nacional de Turismo.

Dentro do seu vasto programa de ações, a Empetur destaca-se por sua ação nas artes populares. É seu intuito “valorizar a Cultura Popular, sob seus múltiplos aspectos de folclore, artesanato, arte popular e gastronomia.” (MAURICIO, 1978, p.19), tendo, como finalidade básica, fazer o turista assistir as manifestações folclóricas, fazer o turista conhecer os objetos de artesanato folclórico. (MAURICIO, 1978, p.19).

Percebendo que a Empetur foi inaugurada em 1967 e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) foi criada somente em 1973, nesses primeiros



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

momentos apenas a Empetur trabalhava com a cultura no estado, por isso percebe-se o forte enlace da Empetur com as ações de cultura.

E sobre o porquê de a Empetur trabalhar com ênfase com a cultura pernambucana, João Batista, hoje aposentado do departamento de marketing da Empetur, em entrevista concedida para esta pesquisa diz:

Nós tivemos duas pessoas que a gente pode dizer que formou a espinha dorsal da EMPETUR, um foi Olímpio Bonald, né, Poeta, intelectual, Olindense, não é, pessoa profundamente ligada aos movimentos culturais sempre everscente de Olinda, e o outro Francisco Bandeira de Melo, [...] é dentro de qualquer trabalho voltado para o Turismo de Pernambuco, ele tem que ser referencia não é, primeiro porque ele é um intelectual com uma larga experiência no exterior, ele morou muito tempo em Genebra, e segundo ele é um poeta, assim como Olímpio de uma sensibilidade, [...] voltada para arte não é, que de certa forma fez com que a EMPETUR, no seu primórdio, no seu principio, ele envereda-se pela potencialidade turística do Estado, elegendo a sua cultura como produto a ser vendido .

Nos primeiros quatro anos foi realizado o primeiro inventário turístico do estado, visando encontrar suas potencialidades, tanto em termos de recursos naturais quanto culturais, em todo o território, do *mar ao sertão*. Sobre esse período Bonald Neto (1982) diz:

Praticamente todas as cidades do Litoral, do Agreste e do Sertão foram visitadas, muitas, mais de uma vez. Autoridades e líderes comunitários contatados; e prefeitos, vigários, professoras, escrivãos, jornalistas matutos, artesãos, Poetas populares, cantores, pais e mães de Santos, curandeiros e benzedeiras, ex-cangaceiros e antigos combatentes das Volantes, vaqueiros dos campos abertos e mestres pescadores foram escutados, anotados, gravados e fotografados. Fazia-se o retrato “corpo inteiro” das raízes, da intimidade, dos alicerces da memória e da tradição vivas de Pernambuco.

E, sobre como funcionava esse inventário na prática, Batista, em entrevista concedida para esta pesquisa (2007), diz:

Eu tinha um roteiro, e nesse roteiro eu colocava o nome da instituição, ou da figura, da atração, aí colocava quantos componentes, colocava a época de apresentação, o custo da produção daquilo, quer dizer nós tínhamos um, roteiro [...] e eu trazia alguma coisa daquele contato, não é?, Eu era a pomba da arca de Noé que ia se bora mas voltava com o garimpo de alguma coisa para mostrar que tinha ido em terra firme de algum canto, então nós trouxemos estandartes, nós trouxemos indumentária, nós trouxemos uma série de coisas

Muitos desses materiais coletados foram utilizados para a criação do acervo do Museu de Imagem e Som de Pernambuco (Mispe), em 1970. Após esse momento inicial, várias ações da Empetur foram realizadas em âmbito estadual, dentre elas o Campeonato das



Cidades, realizado pela emissora de TV Jornal do Commercio, que consistia em disputa entre os municípios objetivando trazer informações sobre os valores, a história, as curiosidades, o artesanato, os músicos, as danças, os poetas, a culinária, isto é, tudo que fosse característico e diferencial de cada cidade.

Também foram incentivadas a criação e a encenação de peças teatrais, exposição de novos pintores nas dependências da Empetur, bem como o incentivo à primeira apresentação da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém, no Brejo da Madre de Deus, na região agreste do estado. A encenação, nessa época, durava três dias e, em cada dia era realizado um ato da peça.

Nessa fase inicial, foram realizados cursos de gastronomia pernambucana, cultura popular, artesanato e danças. Esses cursos contaram com a participação de pesquisadores da época, e entre eles estavam Gilberto Freyre, Mario Souto Maior, Padre Jaime Diniz. Desses cursos saíram novas ações da Empresa de Turismo de Pernambuco. Essas ações se concretizaram em concursos nas mais diversas áreas da cultura pernambucana: culinária com bolos e doces do estado, bebidas com os licores, dança com os concursos de quadrilha, ciranda, música com sanfoneiros e violeiros, dentre outras ações.

Lado a lado com as ações da Empetur estava a Empresa Metropolitana de Turismo (Emetur), criada em 1970 e mantida pela prefeitura do Recife. A Emetur realizava festivais de músicas, publicava cartilhas sobre as danças e músicas populares, cartilhas de folclore. É desse período a inauguração do primeiro centro turístico do estado, sediado no Pátio de São Pedro, no centro da cidade do Recife, aproveitando as características barrocas do pátio, que se forma diante da Co-catedral de São Pedro dos Clérigos, construída na passagem do século XVIII para o XIX. Todas as noites aconteciam shows de artistas populares além do funcionamento permanente do escritório dedicado a fornecer informações turísticas. Sobre o Pátio de São Pedro, João Batista, em entrevista concedida a esta pesquisa diz: “Funcionava como um *Point* da cultura de vanguarda, [...] você tava ali com as pessoas que faziam a cultura do estado acontecer.”

Diante de tantas ações realizadas pela Empetur no âmbito da cultura popular, a Comissão Pernambucana de Folclore se manifestou contrária à atuação das empresas de turismo Empetur e Emetur. A Comissão entendia que estavam ocorrendo descaracterizações dos eventos e das manifestações populares. Os membros da comissão deflagram, então, uma



Campanha Pernambucana Contra o Turismo, em 1978. O folclorista Evandro Rabelo atuou como líder, e tinha como objetivo principal “acabar com o Turismo Oficial e com as entidades tipo a Empresa Metropolitana de Turismo Emetur e a Empresa Pernambucana de Turismo (Empetur) e similares pernambucanas”. (Diário de Pernambuco, Recife, 1978).

Os diretores da Empetur, representados por Olimpio Bonald Neto, em resposta à ação da Comissão Pernambucana de Folclore afirmaram:

Muitos vêm somente aos aspectos negativos do turismo e atribuem a eles todas as descaracterizações culturais e poluição ambientais ocorridas em áreas que passavam a ser receptor de visitante, sem, ao menos, admitir a ação de outros fatores negativos (fora do controle do setor turístico) que interferem. (1982, p. 15)

Entretanto na década de 80, a Empetur começa a diminuir as suas ações diretas na cultura popular pernambucana. E esta, segundo João Batista, em entrevista concedida para esta pesquisa, ocorreu na transição da presidência da entidade de Ricardo Rocha Pinto para Elder Lins Teixeira em 1982; a Empetur conhece pela primeira vez um gestor profissional no seu quadro de presidência, trazendo consigo técnicos com vieses administrativos.

Sobre o período da presidência de Elder Lins Teixeira, João Batista, em entrevista concedida para esta pesquisa diz:

Ele mudou a visão política e ações estratégicas da Empetur [...] e ele transferiu a política cultural para a Fundarpe e coube a Empetur a política exclusiva de captar mercado, feira, congresso, essas coisas, era de interesse da Empetur[...] e de certa forma a pesquisa a produção de eventos, a divulgação de nossos aspectos culturais mais de raízes não mereceu mais nenhum realce.

Daí por diante, a Empetur deixa de trabalhar diretamente com a cultura popular de Pernambuco, sendo algumas vezes meramente repassadora de verbas para a produção de eventos que não necessariamente têm a ver com as brincadeiras populares, mas isso não quer dizer que esta, na elaboração do marketing turístico, não utilize a cultura pernambucana como diferencial.

Ciranda:

Não a dança de roda infantil, aquela que todos nós dançamos na infância, “ciranda, cirandinha, vamos todos cirandar [...]”, mas a dança de adultos, que pela primeira vez apareceu em estudos no ano de 1960, com a publicação do livro *Ciranda: roda de adultos*, do



Padre Jaime Diniz, sacerdote e musicólogo, até então nenhuma menção havia sido feita a Ciranda” (RABELLO, 1979, p. 29). Diniz ao diferenciar as características da ciranda infantil da ciranda de adultos, elenca algumas distinções:

1.A coreografia da ciranda não se limita apenas a um passeio de mão dadas em forma de roda, mas possui – além de outras características menores – uns movimentos de pés e um balanceado de corpo muito peculiares.

2.No repertório das cirandas. Nada há do que as crianças cantam nas tardes limpas, ou nas noites enfeitadas de luar. Nada é comum. Nada é transposto para os adultos.(1967, p. 101).

A ciranda é comandada pelo mestre cirandeiro, acompanhado pelos músicos e dançada pelos cirandeiros ou cirandeiras. O mestre é responsável por *tirar as cantigas* (cirandas), improvisar versos, tocar o ganzá e presidir a brincadeira.

Os instrumentos musicais utilizados pela ciranda são, basicamente, o bombo (zabumba), ganzá (minero) e a caixa (tarol), mas em alguns outros grupos, existem variações como a utilização da cuíca e do pandeiro.

A ciranda é dançada de mãos dadas para a formação de um círculo. Não existe número máximo de participantes; quando a roda está muito grande, já dificultando a movimentação, é possível fazer um círculo menor por dentro da roda maior. Entra na dança quem quiser e na hora que quiser, bastando apenas dar a mão aos outros cirandeiros.

A dança da ciranda não é difícil, segue o mesmo ritmo, precisa apenas seguir a batida do bombo com o pé esquerdo, passos para trás e andando. Rabello completa: “[...] também um leve dobrar de joelhos, requebros, passos de lado, balanceando o corpo, braços, cabeça e ventre.” (1979, p. 44). Há também muitos passos improvisados, mas sempre seguindo o som do bombo. (1979, p. 44).

5.2 Festival de Ciranda na Ilha de Itamaracá / PE

Os Festivais de Ciranda da Ilha de Itamaracá foram realizações conjuntas entre a Empetur, a Secretaria Municipal de Turismo e o Restaurante e Bar Sargaço, e aconteciam entre os meses de setembro e outubro. Sobre a idealização desse Festival, Valderlusa D´Arde a então Secretária de Turismo Municipal, em entrevista concedida a esta pesquisa (2007) diz:

Foi quando eu conheci o pessoal da Empetur, [...], o pessoal todinho que lidava com essa coisa(de cultura popular e eventos), aí eu digo – vamos fazer um festival? Este festival seria exatamente em homenagem a Lia (de Itamaracá), Lia não participaria, não é, ela seria homenageada, aí nós fizemos o primeiro em 1981.



Segundo os fôlderes de divulgação, o festival foi criado e idealizado com o objetivo de preservar e divulgar a ciranda e atrair visitantes à Ilha de Itamaracá. Eram aceitos no festival apenas os grupos de Pernambuco. O concurso tinha os seguintes critérios de julgamento: coreografia, ritmo e improviso. Todos os inscritos ganhavam cachê e transporte até o local do evento e os três primeiros colocados ganhavam a premiação principal.

Sobre como era o festival, Valderlusa D’Arce, em entrevista concedida a esta pesquisa, relata: “Nós fazíamos cinco sábados, certo, cada sábado eram quatro grupos, então eram doze grupos, de cada grupo desse saía uma ciranda classificada [...] para participar da grande final no quinto sábado.”

O corpo de jurados era composto por cinco membros, escolhidos a critério da Empetur e da Secretaria de Turismo da Ilha de Itamaracá. Sobre esses critérios, D’Arce informa: “Nós escolhíamos entre pessoas que entendiam de música, que gostavam de folclore, [...] convidávamos maestros, convidávamos todo mundo que entendesse de música, e evidentemente outras pessoas.”

Sobre o local de realização do Festival, Valderlusa conta: “Em frente o bar Sargaço, era uma área imensa, dava quatro cinco, rodas de ciranda”. Sobre a repercussão na mídia do festival de ciranda, ela diz: “Se levou televisão, passou até no fantástico”. Segundo Valderlusa D’Arce, o evento aconteceu nos anos de 1981, 1983, 1984, 1985, 1986.

Em 1987, houve uma mudança de governo, sentenciando o fim do Festival de Ciranda. Sobre isso D’Arce diz:

Infelizmente, os governos mudaram a concepção [...] pronto, ai acabou o festival. Meu Deus do Céu, que tristeza! Eu nunca vi coisa igual na minha vida, as noites de Jaguaribe mudaram, as pessoas em vez de ficar em Jaguaribe iam para o Pilar para ouvir musica eletrônica.

Segundo D’Arce a principal contribuição que o festival proporcionou a ciranda foi o surgimento de bons cirandeiros, como João da Guabiraba, Dinha, Geraldo Almeida e Cristina, entre outros.

Considerações finais:

Este artigo é apenas o resultado parcial de uma pesquisa ainda não concluída, neste momento temos os relatos dos organizadores do evento Festival de Ciranda na Ilha de Itamaracá – Pe. Estes acreditam que as iniciativas governamentais das décadas de 1970 e 1980, visando a valorização da ciranda através do turismo, obtiveram êxito, pois entendem



que antes dessas ações a ciranda era desconhecida pela maioria dos pernambucanos e conseqüentemente aos turistas.

Então, segundo os mesmos, o turismo proporcionou a valorização dentro e fora do estado Pernambucano, além da estruturação de muitos grupos de ciranda e ainda o aumento dos mestres cirandeiros em Pernambuco devido ao incentivo financeiro e a visibilidade na imprensa.

O que se percebe, analisando as matérias do jornal Diário de Pernambuco nas décadas de 1970 e 1980, é que a ciranda obteve uma repercussão na imprensa de forma muito acentuada naquele período. Todos os dias havia alguma nota fazendo referencia a ciranda, muitas vezes ressaltando os mestres e o grupo, o que não se vê com freqüência na década de 1990.

Não conseguimos identificar ainda se efetivamente as ações das políticas de cultura e turismo foram as responsáveis por essa valorização da ciranda nas décadas de 1970 e 1980. Todavia o estudo ainda está em andamento, faltando os resultados das entrevistas com os mestres cirandeiros, sobre como eles entendem esse período e como foi para eles a atuação das políticas públicas de Cultura e de Turismo.

Referências:

- BATISTA, J. **Batista J.** depoimento [15 de janeiro]. Entrevistadora Tamisa Ramos Vicente. Recife, 2007. 3 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao projeto de pós-graduação em turismo. Caxias do Sul - RS.
- BELO, P. **Belo P.** depoimento [08 de março]. Entrevistadora Tamisa Ramos Vicente. Recife, 2007. 2 cassetes sonoros. Entrevista concedida ao projeto de pós graduação em turismo. Caxias do Sul – RS.
- BONALD, Neto, O. **Turismo, folclore e artesanato: 15 anos de ação da Empetur.** Recife: Empetur,1982.
- BRASIL. **Decreto-lei 55**, 18 nov. 1966. Define a Política Nacional de Turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo.
- BRASIL. **Decreto-lei 60.224/67**, art. 3º, de 16 fev. 1967. regulamenta o decreto-lei 55, de 18 de novembro de 1966
- BRASIL. **Decreto-lei 74º** de 21 nov. 1966. Cria o Conselho Federal de Cultura
- CALABRE, L. Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura. **Intellèctus.** Rio de Janeiro, Ano 5, v.2. 2006



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

- COHN, G. A concepção oficial da política cultural oficial nos anos 70. In: MICELI, S. (Org). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo: Difel, 1984.
- CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- DINIZ, J. **Ciranda**: Roda de adultos no Folclore pernambucano. Recife: Deca, 1960.
- D'ARCE, V. **D'Arce, V.** depoimento [07 de março]. Entrevistadora Tamisa Ramos Vicente. Jaboatão dos Guararapes, 2007. 2 cassetes sonoras. Entrevista concedida ao projeto de pós-graduação em turismo. Caxias do Sul - RS.
- DURAND, J. C. G. Política e administração Cultural. Utilidade da experiência estrangeira para o Brasil. In: congresso de Administração pública e governança, 2004. **Política e administração Cultural. Utilidade da experiência estrangeira para o Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 01-12
- FALCÃO, J.A. Política Cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, S. (Org). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.
- FEIJÓ, M. C. **O que e política cultural**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- MICELI, S.(Org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.
- NASCIMENTO, M. C. M. **João, Manoel, Maciel Salustiano**: três gerações de artistas populares recriando os folguedos de Pernambuco. Recife: Associação Reviva, 2005.
- ORTIZ, R. **Cultura Popular**: Românticos e Folcloristas. São Paulo: Olho d'água, 1990.
- _____. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PERNAMBUCO, **Diário Oficial** de 3 nov. 1967. Define a Política Estadual de Turismo, cria o Conselho Estadual de Turismo e a Empresa de Turismo de Pernambuco.
- RABELLO ,E. **Ciranda**: dança de roda, dança da moda. Recife: Universitária, 1979
- REZENDE, F. Estado, Turismo e Finanças Públicas. **Turismo em análise**, São Paulo, v. 2, n.1, 1991.
- SOLHA, K.T. Evolução do turismo no Brasil. In: REJOWSKI, M. (Org.). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- VICENTE, A. V. R. **Maracatu rural**: o espetáculo como espaço social. Recife: Associação Reviva, 2005.
- VICENTE, T. R. O maracatu rural como ferramenta de estudo no turismo cultural, tendo como observatório o município de Nazaré da Mata-PE. In 7. Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 7, 2003, Ilhéus. **O maracatu rural como ferramenta de estudo no turismo cultural**: tendo como observatório o município de Nazaré da Mata-PE. Ilhéus: Edítus, 2003. p. 278-282.
- Campanha Pernambucana contra o turismo, combatendo o câncer da cultura popular. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 ago., 1978. Viver, p. B1.